

Demografia e pobreza audiovisual em localidades remotas no interior do Brasil

Sonia Virgínia MOREIRA¹

César Franco dos Santos MARTINS²

Nélia Rodrigues DEL BIANCO³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Universidade de Brasília – UnB

Resumo

O artigo apresenta os primeiros resultados de análise do audiovisual coletados pela pesquisa Regiões de Sombra e de Silêncio no Audiovisual e nas Telecomunicações no Brasil desenvolvida desde 2019 com apoio do CNPq. A metodologia para sistematizar as particularidades locais-regionais corresponde às faixas do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) Baixo e Muito Baixo formadas por 1.399 municípios nas regiões Norte e Nordeste. O estudo mostra a real dimensão de silêncio no audiovisual em localidades periféricas sem canais de rádio, televisão aberta, retransmissoras de rádio e retransmissoras de TV analógicas e digitais em operação. Examina as interseções da comunicação com a geografia e a economia para contextualizar no território brasileiro o perfil dos lugares analisados. Os resultados neste artigo confirmam aquilo que podemos chamar de *pobreza audiovisual* em espaços de sombra e de silêncio, encontrados em diferentes extensões, com predomínio dos municípios situados no Nordeste e no Norte que se enquadram na categoria de cidades pequenas, com até 20 mil habitantes.

Palavras-chaves: radiodifusão; pobreza multidimensional; regiões de sombra; regiões de silêncio

Introdução

País com maior extensão territorial na América do Sul (8,5 milhões de km²), o Brasil é também o mais populoso (210,3 milhões de habitantes). O Censo de 2022 mostrou que essa população morava em 5.570 municípios, sendo que mais da metade (124,1 milhões) vivia em concentrações urbanas hierarquizadas em municípios de porte médio (100 mil-500 mil habitantes), em metrópoles regionais (principalmente capitais), em metrópoles nacionais como Rio de Janeiro e Brasília e na Grande Metrópole Nacional, São Paulo, então com 11,5 milhões de habitantes (IBGE, 2023). Em contraste com as

¹ Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP), professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora da pesquisa Regiões de Sombra e de Silêncio no Audiovisual e nas Telecomunicações no Brasil, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq 2019-2025. E-mail: soniavm@gmail.com

² Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: cezarfrsmartins1997@gmail.com

³ Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP), professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. E-mail: neliadelbianco@gmail.com

maiores aglomerações urbanas estavam 2.495 municípios (44,8%) com até 10 mil habitantes, onde viviam 12,8 milhões pessoas (Agência IBGE, 2023). Números complementares do IBGE (2020; 2022; 2024) agregam informações em outros relatórios, entre os quais estudos e documentos que dimensionam as pessoas no território. Além do IBGE, outras três fontes públicas balizam a investigação em campo: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-Pnud Brasil na coleta de índices de progresso locais; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Ipea com os estudos de conjuntura socioeconômica; e a Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel para os indicadores setoriais da radiodifusão e das telecomunicações.

No Brasil, a distribuição desigual de emissoras de rádio e televisão reproduz assimetrias históricas de desenvolvimento regional, social e econômico. Parte expressiva dos municípios classificados como de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Baixo e Muito Baixo correspondem a diferentes níveis do Índice de Pobreza Multidimensional-IPM, elaborado pela Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI) e adotado pelo Pnud em 2010. Criado pelo economista indiano Amartya Sen, o IPM mede condições de carência que vão além da análise monetária para incluir outros tipos de escassez, como saneamento básico, saúde, educação e moradia, e graus de inclusão/exclusão digital e informacional (SEN, 2000). A exclusão comunicacional compreende também acesso precário à internet e à telefonia. Nessa perspectiva do diagnóstico multidimensional para mensurar a pobreza informacional, a radiodifusão surge como elemento a ser considerado porque interfere na capacidade de acesso à comunicação, à informação e à cultura.

Entre os aportes teóricos do estudo destacam-se as reflexões de Santos (2006) e de Santos e Silveira (2003) sobre o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social, o cotidiano das pessoas, no contraste em que os espaços e as cidades modernas, “luminosas”, apresentam em relação às áreas urbanas “opacas”, onde vivem “os mais pobres”; as análises de Lobato Corrêa (2011) e de Moreira Junior (2013) sobre as pequenas cidades, que compõem “um universo muito variado” e induzem a pensar “sobre a pluralidade do que se pode considerar cidade e urbano no Brasil”; e a oportunidade de adaptação do conceito e das formas de mensurar a *pobreza digital* de que trata Barrantes (2007) para identificar o que pode ser compreendido como

pobreza audiovisual entendida como a falta de acesso a meios de comunicação convencionais, neste caso o rádio e a televisão aberta.

Para tanto, o artigo também estabelece conexões com o conceito de pobreza multidimensional usado por Fahel, Teles e Caminhas (2016) na avaliação dos “territórios vulneráveis”, das políticas públicas e de programas sociais a fim de avançar na abordagem das políticas de comunicação no Brasil, onde questões de invisibilidade midiática relativa à radiodifusão têm sido tangenciadas por ações que não conseguem ultrapassar o modelo dominante que privilegia emissoras comerciais, cuja receita depende da venda de espaços publicitários na programação. Essa lógica interfere na possibilidade de arranjos comunicacionais alternativos em municípios com poucos atrativos econômicos, mercado publicitário incipiente e poder aquisitivo limitado. Isso afeta a instalação de emissoras diversas, como rádios comunitárias, nas pequenas cidades, por exemplo. Por dependerem de algum apoio financeiro para operarem, muitas vezes se expõem a ligações com grupos locais-regionais políticos, religiosos e até mesmo de facções criminosas (emissoras clandestinas ou não), que constituem as fontes mais próximas de recursos.

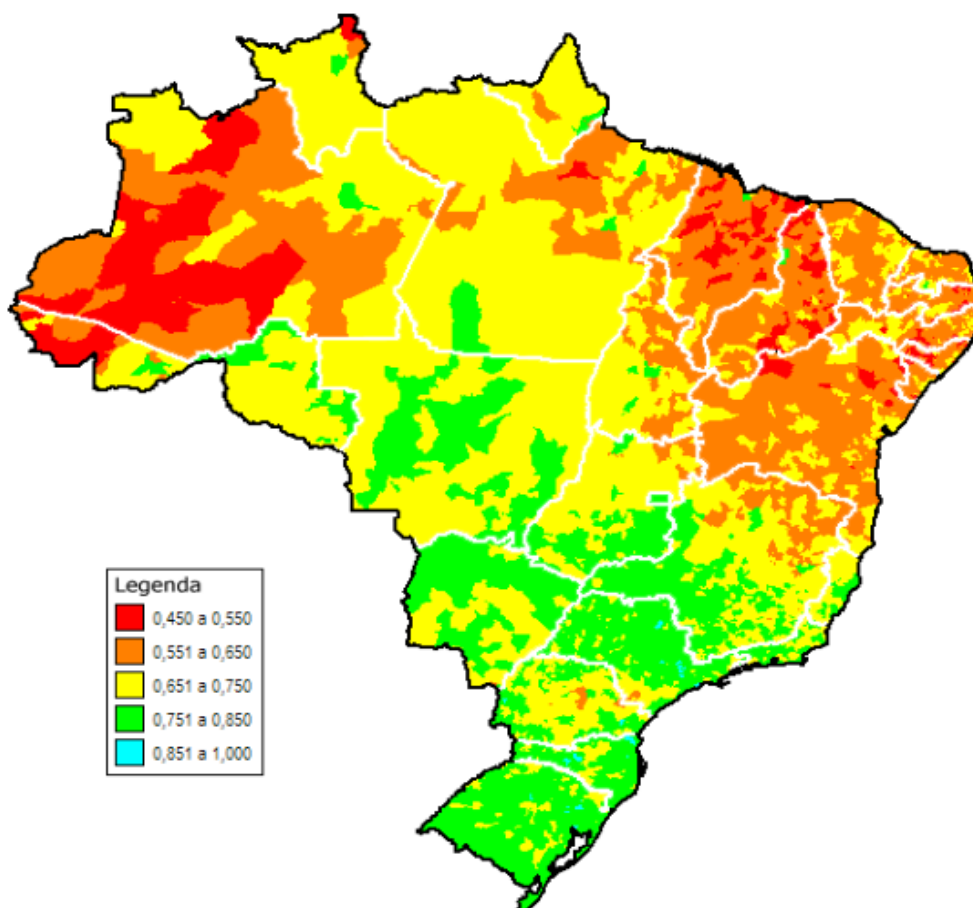
Nessa ambiência, três iniciativas mitigaram em parte, nas últimas décadas, o quadro do que identificamos como de *pobreza audiovisual*. A primeira ação foi a instituição da Lei 9.612, de 1998 que criou o serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) para “transmitir informação e difundir cultura e tradições locais”. Muitas dessas rádios locais de baixa potência estão localizadas em municípios com reduzida densidade populacional ou em regiões com IDHM Muito Baixo, caso do Norte, e IDHM Baixo, caso do Nordeste. Mesmo aquelas com outorgas vigentes carecem de apoio e infraestrutura básica, operadas por fundações ou associações comunitárias sem fins lucrativos. Em todo o país, 1.397 municípios seguem sem outorga para esse serviço (MCOM/ANATEL, 2025). A segunda iniciativa, conjunta, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foi a formação da Rede Legislativa de Rádio e TV em parcerias com câmaras municipais e assembleias legislativas. Emissoras legislativas podem ser encontradas em municípios de pequeno porte e em cidades com IDHM Baixo, como Capelinha (MG) e Barreiras (BA). A Rede é formada hoje por 25 emissoras de rádios que chegam a 15 milhões de pessoas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2025). Outra iniciativa foi a promulgação da Lei 13.649 em 2018, que autorizou a Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal. As RTRs podem retransmitir, de forma simultânea, sinais de emissoras

FMs das capitais para municípios do mesmo estado sem acesso a outros meios e sem garantia de transmissão de conteúdo local. Até 2024, 424 estações RTRs estavam autorizadas, com 33,7% licenciadas. Em 2025, municípios em quatro dos nove estados da Amazônia Legal (Amapá, Mato Grosso, Roraima e Tocantins) não tinham RTRs outorgadas (MCOM, 2025).

Metodologia

Para examinar o universo das regiões de silêncio na radiodifusão, onde a recepção de sinais de rádio/áudio ou de retransmissoras TV não chegam ou são deficientes em diferentes localidades do território, a metodologia adotada foram os indicadores de classificação dos municípios com IDHM Muito Baixo e Baixo. Com isso, sistematizou dados primários para a análise empírica das particularidades locais-regionais de um conjunto formado por 1.399 municípios que somam 21,6 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Dos 32 municípios na faixa de IDHM Muito Baixo todos estão localizados em nove estados das regiões Norte (18) e Nordeste (14). Os 1.367 municípios com IDHM Baixo estão distribuídos em 22 estados que possuem pelo menos um município nessa classificação. A maior incidência de municípios com IDHM Baixo está na região Nordeste (93,5%). Os dados coletados exibem a distribuição desproporcional no território brasileiro: apenas quatro estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina – não têm localidades que se enquadram nas duas classificações mais reduzidas de desenvolvimento reduzido (Imagem 1).

Imagem 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Brasil



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Nos três estados da região Centro-Oeste há municípios com IDHM Baixo, mas estes representam 2,14% do total. No Sudeste, apenas Minas Gerais tem municípios com IDHM Baixo, 4,37% do conjunto. A região Sul tem a taxa mais reduzida de IDHM Baixo, com 0,41% dos municípios localizados em dois estados – quatro no Paraná e um no Rio Grande do Sul (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição de municípios com IDHM Baixo e Muito Baixo por região

Região	Total de municípios	População (2022)	Municípios IDHM Baixo e Muito Baixo (%)	População IDHM Baixo e Muito Baixo
Nordeste	1.794	54.658.515	1.113 (62,04%)	16.171.452
Norte	450	17.354.884	198 (44%)	4.756.645
Sudeste	1.668	84.840.113	73 (4,37%)	576.983
Centro-Oeste	467	16.289.538	10 (2,14%)	101.975
Sul	1.191	29.937.706	5 (0,41%)	47.912

Fonte: Cidades e Estados – IBGE, 2025.

Esses dados foram correlacionados para verificar em que medida os municípios de baixa densidade demográfica nas regiões Norte e Nordeste, com até 20 mil habitantes e IDHM Baixo e Muito Baixo, poderiam ser espaços identificados como de “pobreza” audiovisual e digital, considerando que

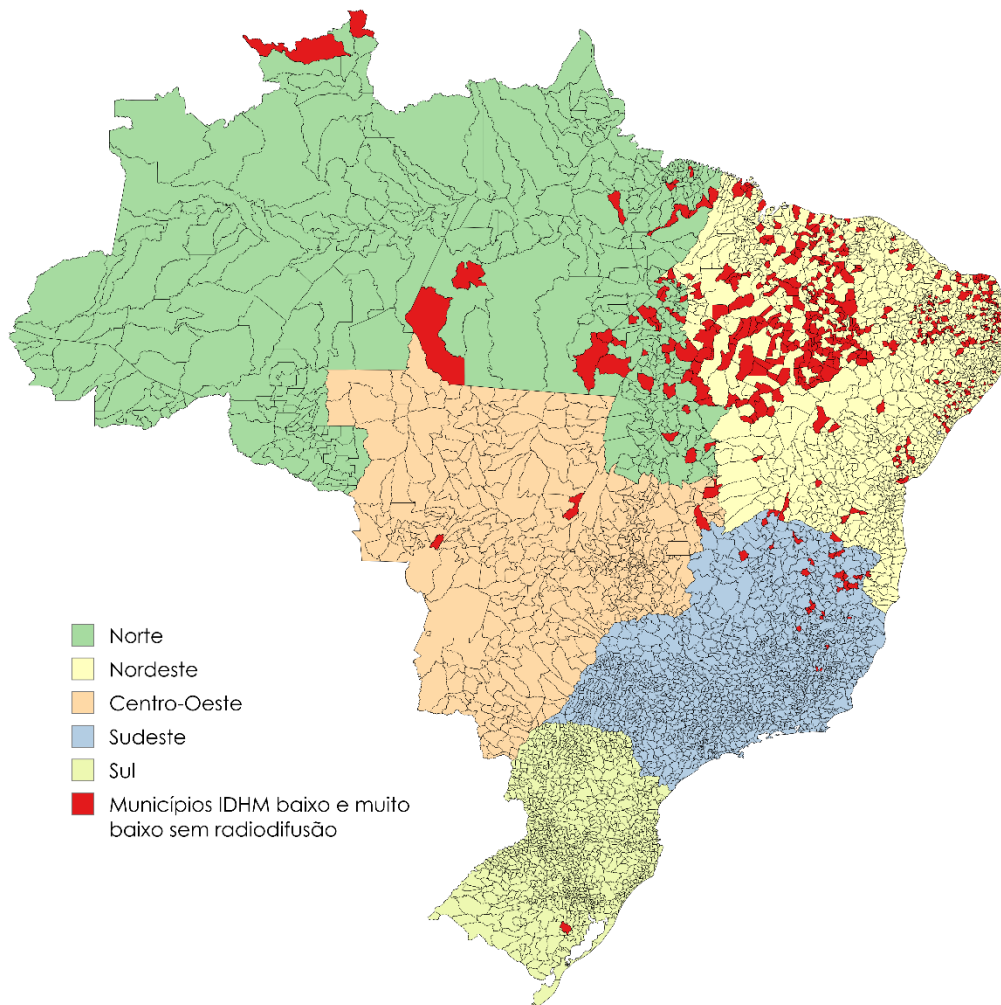
As tendências da urbanização brasileira e o sistema urbano do país incorporam as transformações espaciais da economia. A caracterização da economia regional evidencia o impacto da trajetória econômica regional sobre a estruturação da rede urbana e abrange a análise econômica, explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, áreas estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões (MOTTA; LIMA, 2001, p. XI).

Resultados preliminares - Radiodifusão

Na radiodifusão, o quadro nacional é formado por 33.685 canais outorgados, aqueles em funcionamento ou disponíveis com permissão legal para operar e transmitir conteúdo, mas não em operação. Desses, 11.365 são canais de rádio e 22.320 de televisão, distribuídos em emissoras comerciais, educativas, públicas e comunitárias (MCOM/ANATEL, 2025). Segundo as mesmas fontes, dos 5.570 municípios, 585 não têm outorga de canais de rádio e TV. Os dados mostram, assim, que em 4.985 municípios haveria outorga para um ou mais canais de rádio e televisão. De acordo com esses números, a região de silêncio no audiovisual (rádio e TV) estaria então restrita aos 586 municípios sem outorga. Dados coletados na pesquisa assinalam, porém, que dos 1.399 municípios com IDHM Baixo e Muito Baixo, 490 não têm canais de radiodifusão (476 deles de IDHM Baixo e 14 de IDHM Muito Baixo).

Considerando os dois níveis do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal analisados, a maior parte (411) dos municípios sem canais de radiodifusão está no Nordeste, que também é a única região que apresenta municípios de IDHM Baixo em todos os estados. Na região Norte são 44 municípios sem radiodifusão em três estados: Pará, Tocantins e Roraima. Essa situação (Imagem 2) dá visibilidade aos municípios que efetivamente são regiões de silêncio, sem canais de rádio e/ou de TV, revelados pela pesquisa de campo.

Imagem 2 – Brasil: Municípios que correspondem a regiões de silêncio no audiovisual



Fonte: Elaborado a partir de dados coletados pela pesquisa na base da Anatel e do MCom, 2025.

Considerações finais

A região Nordeste, como fica evidente, concentra a grande maioria (84%) dos municípios na faixa de IDHM Baixo ou Muito Baixo sem canais de radiodifusão. Analisados isoladamente por estado é possível estimar que praticamente 30% dos municípios em estados nordestinos se encontram nessa condição. O estado do Piauí apresenta a situação mais crítica, com 62% dos municípios sem emissoras/canais de rádio ou TV. Em seguida estão: Paraíba (36%), Rio Grande do Norte (30%), Maranhão (26%) e Sergipe (22,6%).

Tabela 2 – Distribuição e proporção por estados e municípios

Região	Estado	Municípios	Municípios com IDHM Baixo ou Muito Baixo sem radiodifusão	%
Nordeste	Piauí	224	139	62,0%
	Paraíba	223	81	36,3%
	Rio Grande do Norte	167	50	29,9%
	Maranhão	217	57	26,2%
	Sergipe	75	17	22,6%
	Alagoas	102	22	21,5%
	Pernambuco	185	13	7,0%
	Ceará	184	10	5,4%
Norte	Bahia	417	22	5,2%
	Tocantins	139	24	17,2%
	Roraima	15	2	13,3%
Centro-Oeste	Pará	144	18	12,5%
	Mato Grosso	141	2	1,4%
Sudeste	Goiás	246	2	0,8%
	Minas Gerais	853	30	3,5%
Sul	Rio Grande do Sul	497	1	0,2%

Fonte: Baseado em dados coletados pela pesquisa na base de dados Anatel, 2025.

Para além da constatação desse quadro de desigualdade e de *pobreza audiovisual* que persiste em relação a emissoras de rádio e de televisão, a pesquisa faz um diagnóstico e apresenta itinerários de caminhos a percorrer para superar uma situação do presente, que aparece na forma de ausência de mídia para parte significativa dos lares brasileiros.

Os achados da pesquisa indicam que ainda falta ao Brasil uma política nacional estruturada e direcionada para a dar conta da inclusão audiovisual de parte da população. A distribuição das concessões de radiodifusão continua marcada por desigualdades regionais, interesses comerciais, carências institucionais e falta de consolidação de meios públicos. O fortalecimento de políticas de comunicação com financiamento, assistência técnica e prioridade territorial mostra-se essencial para garantir que brasileiros em todas as regiões tenham como acessar, consumir e fazer circular informações, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

Referências

ANATEL. Painéis de Dados – Radiodifusão. Brasília: Anatel, 2025. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/radiodifusao>

ANATEL. Lei nº 13.649, de 11 de abril de 2018. Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal. Disponível em:

https://anatellegis.datalegis.net/action/TematicaAction.php?acao=abrirVinculos&cotematica=15725036&cod_menu=8304&cod_modulo=567

BARRANTES, R. Analysis of ICT Demand: What is Digital Poverty and How to Measure It? In: Hernan Galperin and Judith Mariscal, **Digital Poverty: Latin American and Caribbean Perspectives**. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Rede Legislativa de Rádio e TV. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv/o-que-e>

CETIC.br. **Fronteiras da inclusão digital**: dinâmicas sociais e políticas públicas de acesso à Internet em pequenos municípios brasileiros. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

CORREIA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo** n° 30, 2011, p. 5-12.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda - Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** vol. 31 n° 92, outubro/2016. Disponível em <https://doi.org/10.17666/319205/2016> em 07/06/2025.

IBGE. **Projeções da População** – Notas Metodológicas 01/2024 Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em 14/05/2025 em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102111.pdf>

IBGE. De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 213,1 milhões. **Agência IBGE**, 27/10/2023. Disponível em 10/05/2025 em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237>

IBGE. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em 05/06/2025 em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

MCOM-ANATEL. Outorgas de Radiodifusão Sonora Comunitária – RADCOM. Ministério das Comunicações, 04/07/2025.

MCOM-ANATEL. Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal – RTR. Ministério das Comunicações, 04/07/2025.

MOREIRA JUNIOR, O. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, v. 17, n. 3, 2013, p. 19-33. Acesso em 06/04/2024 em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/75435>

MOTTA, D. M. e LIMA, R. Prefácio. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil**. Brasília: Ipea, 2001, p. XI-XIV.

PNUD. 2024 Global Multidimensional Poverty Index (MPI). Disponível em <https://hdr.undp.org/content/2024-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção (4ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Faesa – Vitória – ES
10º Colóquio Brasil-Estados Unidos de Estudos da Comunicação /
10th Brazil-US Colloquium on Communication Studies 2025

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI (5ª ed.). Rio de Janeiro, Record, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.